



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XL n° 362 - setembro / 2009



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

DEFENDER VOLTA DA LEI 2004/53 É DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL

O jornal "Hora do Povo", em sua edição de 04/09/09, publicou as análises da AEPET, proferidas pelo seu presidente, Fernando Leite Siqueira, sobre os prós e contras das medidas anunciadas pelo Governo Federal para o pré-sal.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO GOVERNO PARA O PRÉ-SAL

A proposta do Governo tem três pontos fortes, três pontos fracos e um discutível.

Os pontos fortes são:

1) Mudança do contrato de concessão para contrato de partilha

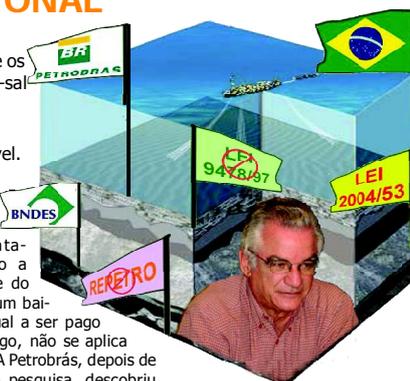
O atual contrato de concessão prevê a propriedade do petróleo para quem o produz. Além de contrariar a Constituição que, no seu artigo 173 mantém o monopólio da União, ele retira da União uma enorme vantagem: quem tem a propriedade do petróleo tem um extraordinário poder de barganha, podendo obter grandes vantagens geopolíticas e contrapartidas. Considerando que estamos entrando no terceiro e definitivo choque do pe-

tróleo, fruto da chegada do pico de produção mundial, este poder se torna cada vez maior.

O contrato de partilha, que é usado nos países grandes produtores, restaura a propriedade do petróleo para a União que pode pagar a parte do operador em petróleo ou em dinheiro. Nos países exportadores essa parcela é, em média, 16% do óleo lucro (óleo bruto menos despesas de produção).

A legislação em vigor, gerada sob o argumento de que era necessário incentivar a vinda de empresas estrangeiras para investir correndo altos riscos e possibi-

lidade de baixo retorno, ofereceu vantagens como a propriedade do petróleo e um baixo percentual a ser pago à União. Logo, não se aplica ao pré-sal. A Petrobrás, depois de 30 anos de pesquisa, descobriu uma província petrolífera enorme, tendo furado 13 poços e achado petróleo nos treze. Logo, o pré-sal não tem mais risco e a possibilidade de retorno dos investimentos é muito alta. Portanto, a legislação atual tem que ser mudada e



Arte Alessandra Bandeira sobre gráfico da Petrobrás

o contrato de concessão também.

Defendemos a volta da Lei 2004 que deu ao país a auto-suficiência e permitiu que a Petrobrás desenvolvesse as pesquisas para a descoberta do pré-sal.

Continua na pág. 3

"O GLOBO" E OS LOBISTAS, TUDO A VER

José Carlos Moutinho

O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, após analisar diversas matérias dos jornais deste final de semana, que terminou no dia 30/08, avaliou que os lobistas do setor privado, notadamente das multinacionais, jogaram tudo em suas matérias contrárias às mudanças na atual legislação do petróleo (Lei 9478/97). Destaque em tais textos: o presidente do IBP e ex-presidente da Repsol (Brasil), João Carlos De Luca, "lobista-mór" do empresariado.

A estratégia é clara: atrasar ao máximo o processo de mudança na legislação, pois eles, na opinião de Siqueira, pretendem ganhar tempo para eleger os candidatos do PSDB e retornar aos tempos do FHC, com a consequente retomada da entrega do patrimônio nacional.

Outro personagem destacado pela mídia foi o secretário de

Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, Júlio Bueno, afirmando que o Brasil tem pressa. Siqueira rebateu: "O Brasil não tem pressa nenhuma, pois já tem a autossuficiência para daqui a vinte anos".

O presidente da AEPET destacou, também, que a pressa pode gerar uma "doença holandesa", notadamente pelo fato de ocorrer uma volumosa entrada de dólares no País, o que poderá desvalorizar o real e quebrar todos os segmentos fora do setor petróleo, tornando o Brasil dependente de um único produto. "Isto é péssimo para o desenvolvimento nacional. O pré-sal deve ser desenvolvido de forma gradual e coerente com a estratégia energética do País", sublinhou.

O questionável editorial do "O Globo" - Sobre o editorial do jornal O Globo do dia 30/08/09, intitulado "Retrôcesso", Siqueira destacou alguns pontos cruciais.

Disse o editorial: "Qualquer que seja a proposta que o governo deverá anunciar amanhã, para a exploração do pré-sal, será um retrôcesso"... Siqueira: "Como pode o jornal, que desconhece a proposta, antes da divulgação desta segunda-feira (31/08), dizer que é um retrôcesso?".

O editorial disse, também, que a Lei 9478/97 "mostrou sua eficácia" e atribuiu a esta o descobrimento do pré-sal. Para Siqueira tal afirmativa é uma "falácia brutal", a citada lei não permitiu a autossuficiência nenhuma, pois 95% dos poços em produção, hoje, foram descobertos antes da vigência desta lei. Os poços foram descobertos na vigência da Lei 2004/53.

O jornal carioca disse, também, que as empresas estrangeiras trouxeram contribuições importantes. Siqueira afirmou: "Elas não trouxeram nenhuma contribuição,

apenas se associaram à Petrobrás para comprar blocos nos leilões da ANP, pois não possuem a tecnologia que a Petrobrás dispõe. A Estatal brasileira foi obrigada a se associar nos leilões, pois o FHC estrangulou a Empresa economicamente - cortando orçamento, impedindo que ela elevasse os preços dos derivados, impedindo que ela tomasse empréstimos de qualquer tipo, tanto no Brasil quanto no exterior, entre outras medidas. FHC colocou a Empresa numa situação de ter que admitir associação com outras empresas. Essas empresas, notadamente estrangeiras, sem tecnologia, pegaram carona na Petrobrás".

Outra afirmativa da direção de O Globo foi a de que a atividade da indústria do petróleo fez com que a União arrecadasse somas consideráveis provenientes dos diferentes impostos.

Continua na pág. 3

A APOSENTADORIA PELO INSS DO PESSOAL DA ATIVA

Em artigo, o vice-presidente da AEPET, Pedro Carvalho, fala sobre as discussões relacionadas aos empregados da Petrobrás que pediram aposentadoria pelo INSS e continuam trabalhando.

(Pág.2)

ELEIÇÕES DA AMBEP 2009

Diretores da AEPET pedem apoio à Chapa 1, por reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido pela direção daquela entidade.

(Pág.3)

FHC: "O LOBISTA-MÓR" ATACA DE NOVO

Depois do ex-genro do FHC, eis que surge o próprio FHC no seu trabalho de "lobista-mór" da entrega do patrimônio público, em especial às multinacionais.

(Pág.2)



Editorial

AS NOVAS REGRAS

O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional as suas propostas de nova legislação para o setor petróleo, notadamente a partir da descoberta do Pré-Sal pela Petrobrás. Foram enviados ao Legislativo quatro projetos de lei, inicialmente, em regime de urgência sobre o modelo de exploração dos campos petrolíferos do Pré-Sal. O Governo propõe, entre outras coisas, a criação de uma nova estatal para gerir os recursos advindos da produção e exploração do petróleo. A proposta é rejeitada pelas entidades [e a AEPET] e lideranças da sociedade brasileira, que defendem o fortalecimento da Petrobrás e acreditam que uma nova estatal é completamente desnecessária. A AEPET e demais entidades e lideranças defendem, também, a volta da Lei 2004/53 que instituiu o monopólio estatal do petróleo, que teve, com sucesso, a Petrobrás como executora. A AEPET, o Sindipetro-RJ e a FUP protocolaram no Congresso Nacional, no dia 28/08, anteprojeto de lei para uma nova legislação do petróleo. O documento propõe: 1) Acabar com os leilões e recuperar as áreas entregues; 2) Tornar a Petrobrás uma empresa 100% pública e estatal; 3) Investir seriamente em matrizes energéticas limpas e renováveis; 4) Criar um fundo social soberano para investir os recursos do petróleo em saúde, educação, reforma agrária, moradia entre outras propostas. O projeto foi apresentado pelo deputado federal Fernando Marroni (PT-RS), pois a Câmara Federal exige que apenas um seja indicado como autor, tendo a assinatura de outros 22 parlamentares como co-autores. Confirma ainda no presente boletim, as análises da AEPET sobre as propostas do Governo Federal para a nova legislação do petróleo e boa leitura. Chamamos atenção, também, para o fato de que agora a luta em defesa do nosso petróleo se intensificará. Nesse sentido, a AEPET conchama a todos contribuírem com esta luta. Entre em contato com a AEPET e veja como ajudar.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 / 2409 - Centro/RJ

Presidente: Fernando Siqueira

Vice-Presidente: Pedro da Cunha Carvalho

Diretor Administrativo: Henrique Soloma

Vice-Diretor Administrativo: Gilbert Prates

Diretor de Comunicações: Roldão Marques Fernandes

Vice-Diretor de Comunicações: Diomedes Cesário da Silva

Diretor de Assuntos Jurídicos: Paulo Teixeira Brandão

Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: David Garcia de Souza

Diretor de Pessoal: Sílvio Sinedino Pinheiro

Vice-Diretor de Pessoal: Ronaldo Tedesco Vilarão

Diretor Cultural: João Victor Campos

Vice-Diretor Cultural: Felipe Campos Cauby Coutinho

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latjé

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Beviláqua Neb, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Adilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-

Macaé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL:

Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcolla / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos

Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco:

Adelmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Toniello

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moulinho (Mtb 24460)

Reportagem: José C. Moulinho / Julio César Lobo

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Maria P. Guimarães - magaimler@globom.com

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Mestre Artes Gráficas

Tiragem: 20 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permissão a reprodução na íntegra ou em parte,

desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Vice-Presidente



A APOSENTADORIA PELO INSS DO PESSOAL DA ATIVA

Ultimamente, têm surgido discussões relacionadas ao fato de empregados da Petrobrás pedirem aposentadoria pelo INSS e continuarem a trabalhar na Empresa.

O assunto tomou tais proporções que já há ações na Justiça para garantir o direito do empregado a se aposentar e continuar com seu contrato de trabalho em vigência.

Esta situação levou a atitudes opostas por parte da Empresa que nega os serviços da AMS para aqueles que estão nessa situação, na eventualidade de se afastar do trabalho por mais de 15 dias.

Há ainda uma outra situação em que além de se aposentar pelo INSS, o empregado solicita sua aposentadoria pela PETROS e continua a trabalhar.

O presente artigo não tem por finalidade definir a posição da AEPET a respeito do assunto, de vez que ainda há muita discussão em andamento sem que se tenha chegado a um consenso a respeito.

Este trabalho visa definir porque tal situação está acontecendo.

Inicialmente ressaltam dois pontos a considerar:

a) Os baixos salários pagos pela Empresa ao seu pessoal de nível superior; b) Uma política de RH equivocada, ou propositalmente feita para destruir o Plano Petros de Previdência, de modo a impedir que quem se aposente tenha uma aposentadoria que garanta um mínimo de condições de vida decentes.

Ambos os pontos acima estão levando o pessoal de nível superior a procurar condições que permitam a si e a sua família um padrão de vida adequado.

Com o acúmulo dos proventos da aposentadoria e também os da atividade normal pretendem manter um padrão de salários que tem se deteriorado no decorrer dos últimos anos.

A atual política de RH da empresa, equivocada ou proposital, trouxe perdas para os empregados da ativa e também para os aposentados.

Os empregados, ao entrarem para a Petrobrás, tinham como garantias: um padrão salarial condizente com seu trabalho, assistência médica para si e seus dependentes, tanto na ativa quanto ao se aposentarem, e um plano de previdência que lhes garantiria um padrão de vida digno.

Entretanto, nos últimos governos, como consequência da quebra do monopólio do petróleo e da venda de ações da Petrobrás para acionistas estrangeiros, a política de RH

da Empresa mudou radicalmente para pior.

Começou por uma terceirização desenfreada em todas as atividades da Empresa e contrariando, inclusive, disposições judiciais.

Com essa terceirização, foram suspensos os concursos para admissão de novos empregados para integrar o quadro permanente da Petrobrás.

Por trás desse fato deve estar a redução de custos com pessoal de vez que, no caso dos terceirizados, a empresa não arca com os encargos sociais desses empregados. Antes da YPF da Argentina ser privatizada, ela foi vítima de uma terceirização drástica, passando de 37.000 para 7.000 empregados. A Petrobrás teve seu quadro permanente reduzido de 60.000 para 30.000 empregados antes da tentativa de mudar para "Petrobrax".

A seguir veio uma outra armadilha que foi a instituição da PLR que passou a ser paga em valores mais elevados, porém sem ser incorporada ao salário dos empregados e portanto sem ser contabilizada para a aposentadoria. Com isso, os aumentos salariais ficaram cada vez menores e, conseqüentemente, a futura aposentadoria também ficava reduzida.

A Empresa apelou para outros expedientes para não aumentar o salário adequadamente e também para não cumprir o estabelecido pelo artigo 41 do regulamento do plano Petros que previa aumentos em mesmo percentual para ativos e aposentados. Entre estes expedientes citamos a concessão de abonos, RMNR, e avanço de níveis para o pessoal da ativa. Os dois primeiros também não integravam o salário e, portanto, não contam para o cálculo da aposentadoria.

Ainda não satisfeita, a empresa resolveu modificar unilateralmente o Plano Petros BD, fechando-o para o ingresso de novos empregados e criando um outro plano, Petros 2 que, por ser um plano de capitalização, leva o empregado à uma aposentadoria pior do que a do Plano Petros BD.

Finalmente, para culminar todo este trabalho, a Petrobrás criou a Repactuação do Plano Petros BD em que os participantes abrem mão de seus legítimos direitos em troca de uma quantia em dinheiro que não cobre os prejuízos que esta ação vai lhes causar.

A repactuação foi um festival de irregularidades: um termo de repactuação que não esclarecia nada, a cooptação através da oferta de dinheiro e, para o pessoal da ativa, a coação moral (se você não repactuar pode perder seu cargo de chefia) ou haverá aumento da contribuição para a Petros.

Não bastasse isso, houve uma primeira repactuação cuja meta era que 95% dos participantes teriam que repactuar. No entanto, apenas 53% repacturaram. A Empresa declarou formalmente que a repactuação estava terminada. Entretanto, pouco tempo depois ela foi reiniciada em outras condições. Aí aconteceu novo golpe. Em vez de partir do zero resolveu considerar válidos os 25% de repactuados que já tinham sido descartados. Nesta nova ação deve-se notar a ação da FUP (Federação Única dos Petroleiros) que se bandeou para o lado da Petros e da Petrobrás e usou de todos os meios para que os participantes repactuassem. Ao fim do prazo previsto anunciaram que a repactuação tinha alcançado 75% o que nunca foi provado pois a Petros se nega a divulgar a lista dos repactuados.

A manutenção de empregados aposentados trabalhando traz alguns problemas:

a) Falta de renovação do quadro de empregados e envelhecimento do quadro atual; b) Dificuldade de se obter novos talentos para a Empresa por falta de vagas; c) Criação de uma situação que não é eticamente aceitável; d) Os empregados aposentáveis não fazem jus ao justo descanso de que são merecedores após uma vida inteira de trabalho

Possíveis soluções:

a) Reaver a PLR de modo que ela volte a ser como era antigamente: todos os empregados receberiam de dois a três salários, conforme seu desempenho; b) Reaver a tabela salarial incorporando abonos, RMNR e outros itens de modo a tornar o salário mais digno e com estes itens entrando no cálculo das aposentadorias. Hoje, o salário bruto da Petrobrás é menor que a metade da média do salário bruto das estatais; c) Reaver o plano de Previdência de modo a que a Empresa tenha um único plano - Plano Petros BD para todos. A implementação deve ser procurada a todo custo, de modo que tanto empregados como aposentados tenham salários e aposentadorias mais condignos

DEFENDER A VOLTA DA LEI 2004/53 É DEFENDER A SOBERANIA NACIONAL

Além de ser a tendência moderna, pois 80% das reservas mundiais pertencem a empresas estatais, contra apenas 3% pertencentes ao cartel internacional, o petróleo é um bem absolutamente estratégico e tem que ser controlado pelo país proprietário dele.

2) A Petrobrás será a operadora de todos os blocos.

Em alguns casos, dos campos considerados estratégicos (alta produtividade e baixo risco) ela terá toda a operação para si, pagando à União um percentual do óleo lucro na faixa de 70 a 80%. Nos demais haverá leilão e o consórcio vencedor será aquele que oferecer maior percentual para a União. Do percentual que couber ao consórcio, a Petrobrás terá 30% para si e a outra empresa terá 70%. A grande vantagem desta proposta é que a Petrobrás como operadora irá desenvolver o mercado nacional, gerar empregos no país e desenvolver a capacitação nacional. Além disto, ela irá obedecer à velocidade de produção estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética e, muito importante, garantir a lisura na medição dos quantitativos produzidos, pois esta medição gera muita manipulação no mercado internacional.

3) Criação de um Fundo Social

É importante porque evita a entrada dos dólares de exportação na economia sobrevalorizando o Real. O fundo irá aplicar os recursos no mercado internacional e no País e os resultados serão aplicados em investimentos sociais.

Os pontos negativos:

1) Continuidade dos leilões
É negativo por gerar efeitos

colaterais indesejáveis a saber:

a) Os países desenvolvidos da Ásia, da Europa, os EUA e o cartel internacional do petróleo não têm reservas e por isto estão numa situação dramática por ter criado uma dependência irresponsável do petróleo. Suas empresas viriam para cá ávidas para produzir. Com isto o pré-sal poderia se esgotar em menos de 13 anos, ao invés dos mais de 40 anos possíveis;

b) A entrada maciça de dólares no País causaria uma sobrevalorização do Real inviabilizando as empresas de exportação fora do setor petróleo. Geraria uma dependência de um único produto. Seria a famosa doença holandesa. Poderia também gerar a doença nigeriana, mais grave: empresas estrangeiras produziram e exportaram o petróleo da Nigéria, o País não saiu da pobreza e ficou sem petróleo;

c) Os dólares recebidos pela exportação do petróleo teriam que ser aplicados nos títulos do tesouro americano, rendendo juros negativos e aplicados através de uma moeda decadente.

2) Criação da Petrosal

Ao nosso ver, a criação dessa empresa pressupõe a continuação dos leilões com todas as desvantagens já citadas. Não havendo leilões e o Governo usando a Petrobrás para desenvolver o pré-sal, essa estatal é totalmente desnecessária.

Ponto controverso:

Aporte de capital na Petrobrás no montante equivalente a 5 bilhões de barris.

Da forma como está proposto seria muito favorável aos acionistas minoritários da Petrobrás e

desvantajoso para a União. Isto porque os 5 bilhões de barris seriam petróleo a produzir e seriam avaliados por peritos internacionais por um valor menor do que 10% do valor real. Assim, os acionistas teriam incorporado ao seu patrimônio um petróleo cotado a cerca de, digamos, US\$ 5 por barril, contra US\$ 70 no valor do mercado. Ao nosso ver esse aporte tem que ser feito usando as reservas em dólares da União, que podem ser repostas com a renda do pré-sal. Essa recompra das ações da Petrobrás deve ser feita de forma gradativa.

Conclusão

A proposta do Governo traz alguns avanços, mas é necessária uma mobilização da sociedade, não só para sustentar os avanços da proposta, mas também para se obter mais avanços, pois, afinal, essa é uma riqueza que pertence ao povo brasileiro e deve ser usada para o seu benefício. O petróleo proporcionou o maior movimento da história do Brasil quando era apenas um sonho. Agora que ele se tornou uma realidade maior do que tudo o que se esperava temos todos os motivos para defender os interesses do povo brasileiro.

Defender a volta da Lei 2004/53 é defender a soberania nacional. Isto está em sintonia com a modernidade, pois mais de 80% das reservas estão com empresas estatais com tendência de aumento. Além disto, a falácia que o mercado é competente, que as empresas privadas são mais competentes, foi tudo para o ralo. Empresas foram estatizadas para sobreviver.

Geopolítica do Petróleo

FHC: O "LOBISTA-MÓR" ATACA DE NOVO

José Carlos Moutinho

Depois do ex-gênero de FHC, David Zylbersztajn, eis que surge o próprio FHC [em carne e osso] no seu trabalho de "lobista-mór" da entrega do patrimônio público, em especial às multinacionais.

Em entrevista ao site do PSDB na Internet, conforme destacou o jornal "O Globo" (13/08), FHC reforçou o coro dos opositoristas da CPI da Petrobrás e dos lobistas nacionais e internacionais para a entrega do petróleo brasileiro aos interesses privados, notadamente das multinacionais, favorecidos pela atual Lei 9478/97. Ele opinou que o governo deve estudar a hipótese de abrir a exploração do pré-sal a outras empresas, inclusive privadas.

Para o referido ex-presidente é preciso "avaliar se o modelo que queremos deve ser executado pela União, pela Petrobrás ou através de uma competição entre várias empresas". O BNDES já investiu R\$ 20 bilhões. E é dinheiro do Tesouro. Será que convém? Não estaríamos prejudicando investimentos em outras áreas?"

É preciso lembrar que o Sr. FHC foi quem privatizou as empresas estratégicas, inclusive com financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), acrescentando a tais feitos uma considerável dose de violência, no uso da polícia, bombas, cavalarias, prisões, anulação de decisões de juizes federais contrários à entrega do patrimônio público. Tal declaração reflete uma personalidade contraditória e que não mede esforços em cumprir bem o seu trabalho de "lobista-mór" dos interesses privados, notadamente das multinacionais.

Publicamos no portal da AEPET o excelente estudo "Brasil privatizado", do saudoso jornalista Aloysio Biondi, que demonstrou a sórdida estratégia, no início da década de 1990, com continuação na gestão do referido ex-presidente, em privatizar a Petrobrás e demais empresas estatais de alto poder produtivo. Na época de FHC nenhum empresário precisava ter dinheiro em caixa para arrematar uma estatal, bastava pegar emprestado no Tesouro [leia-se BNDES]. O Sr. FHC não tem condições de dar tal 'conselho' sobre eficiência em gestão pública a nenhum presidente brasileiro e de nenhum lugar do mundo.

De imediato vêm logo a mente diversas contribuições, notadamente uma passagem do jornalista Aloysio Biondi, que muito ajuda refrescar as memórias e evitar que muitos brasileiros caiam, de novo, no surrado discurso neoliberal:

Na década de 1990, informou Biondi, a Petrobrás gastou, no Campo de Marlim, a quantia fabulosa de 2,6 bilhões de dólares. A Empresa desejava investir mais recursos no campo, para chegar à produção local de 500 mil barris/dia. Para tanto, teriam que ser gastos mais 2,3 bilhões de reais, totalizando, R\$ 5 bilhões de reais, aplicados em Marlim.

"No entanto, depois que a Petrobrás, isto é, o povo brasileiro, que é seu verdadeiro dono, caminha para gastar R\$ 5 bilhões na região, o governo FHC ordenou que a estatal convidasse grupos privados para participar dos 'gastos' no projeto - e, é claro, também dos lucros bilionários que eles proporcionariam. Quanto os sacrificados 'sócios' vão precisar desembolsar? A cifra espantosamente baixa de 140 milhões de reais. Se forem mesmo 20 'sócios', como previsto, cada um aplicará 7 milhões - e ficará sócio de um projeto que terá custado R\$ 5 bilhões à sociedade brasileira. Um negócio escandalosamente escandaloso. "Segundo o BNDES, em seu boletim Informe BNDES de fevereiro último, o governo cortou o orçamento da Petrobrás em R\$ 1 bilhão em 1999 e, para não prejudicar "as metas de aumento da produção de petróleo", era "necessário que parte dos investimentos inicialmente previstos com recursos da própria Petrobrás fosse realizado pela iniciativa privada"... Atenção: o fato de os 'acionistas' desembolsarem apenas R\$ 140 milhões para participar do projeto não significa que eles terão uma participação pequena, proporcional ao seu investimento, nos lucros de Marlim. Não. Eles terão praticamente 30% ou um terço dos lucros. Por quê? Como assim? O BNDES formou uma espécie de empresa, chamada Sociedade de Propósito Especial, com um capital de 200 milhões de reais, dos quais 140 milhões dos tais "sócios" e 60 milhões do próprio BNDES..."



A AEPET E AS ELEIÇÕES DA AMBEP

A AEPET, por seus diretores e conselheiros, reconhecendo a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela AMBEP (Associação dos Mantenedores-Beneficiários da Petros) em defesa dos direitos dos participantes do Plano Petros, vem manifestar seu apoio à **Chapa 1: "O Elo Que Nos Une"**, encabeçada por Julio Guedes da Conceição, não só por considerar que a sua eleição dará continuidade



ao que já está sendo feito pela atual diretoria, mas que também manterá intocável a AMBEP.

Assim, conclamamos a todos que participem ativamente em prol da eleição da **Chapa 1, composta por Julio**

Guedes da Conceição (Presidente), Omar Cardoso Valle (Vice-Presidente); Diretores: Irio Augusto Paes Leme, Heitor Coutinho, Carlos da Conceição de Almeida e Eterval Fidelis da Almeida.

As eleições ocorrerão no período de 25 de setembro a 20 de outubro de 2009. A votação se dará, exclusivamente, por correspondência.

ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: www.aepet.org.br

4 AEPET Notícias



Continuação da pág. 1

"O GLOBO" E OS LOBISTAS, TUDO A VER

Siqueira destacou que o Brasil recebe, hoje, menos da metade dos impostos do que recebem os países exportadores mundiais, onde a média é 84%. O Brasil recebe, no máximo, 45%.

O auge do discurso entreguista de O Globo foi quando afirmou que o contrato de partilha, proposto pelo Governo Federal, após discussões na comissão interministerial, é autoritário. "O contrato de partilha é extremamente controverso, pois é mais usual nos países de regime autoritário", disse o jornal.

"Essa é uma outra grande mentira, pois o contrato de partilha é o mais usado pelos países produtores de petróleo de um modo geral. Desses países, só nos EUA vige o regime de concessão, pois as empresas são todas norte-americanas ou anglo-americanas,

mas são do mesmo dono – os Rockefeller e os Rotschild". E Siqueira sublinhou que os EUA não deixam que o seu petróleo seja exportado em nenhuma hipótese.

O referido editorial destacou que União faz distribuição de sua parcela de recursos oriundos do petróleo com outros Estados. "O correto seria a União ter uma participação de 84%. E aí sim, ela poderia manter os atuais recebimentos dos estados produtores e estender esses recursos, embora num percentual um pouco menor, a todos os Estados e municípios do País".

Siqueira ressaltou que o pré-sal gerará uma riqueza da ordem de US\$ 30 trilhões, ou seja, quinze



vezes a atual dívida interna brasileira.

Por último, O Globo afirma que a proposta do governo "é retornar o velho e retrogrado monopólio, induzido pela ideologia estatizante que reina em Brasília. É

um saudosismo sem fundamento, que já interrompeu o transcurso de novas concessões do pré-sal".

Sobre tal assertiva, Siqueira lembrou que no mundo todo a tendência é pela estatização do setor petróleo, tendo em vista que petróleo não é uma "commodity" ou um produto qualquer, mas um recurso estratégico. Ele sublinhou que no mundo, hoje, há cerca de 75% do petróleo de

posse de empresas estatais e mais uns 5% estatais menores. Ou seja, 80% das reservas de petróleo pertencem a empresas estatais, com tendência de aumento.

"O que é retrogrado, hoje, é o cartel das empresas privadas, que já tiveram a posse de 90% do petróleo mundial, hoje estão apenas com 3% a 5%. Nesse sentido, aumentar a propriedade dessas empresas é que será um retrocesso brutal. E os países que aceitarem tal retrocesso, estarão abrindo mão de sua soberania e poder econômico que podem obter com o petróleo", asseverou Siqueira.

Assim, O Globo mais uma vez se revelou como uma liderança midiática dos lobistas internacionais. Ou seja, "O Globo e os lobistas, tudo a ver".

Publicado originalmente: Correio da Cidadania – 02/09/09.

LANÇAMENTO DO FILME "O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO - ÚLTIMA FRONTEIRA" LOTA O ODEON

Com mais de 800 pessoas presentes, foi realizado, no dia 30 de Julho, no Cine Odeon, no centro do Rio o lançamento do filme "O Petróleo Tem que Ser Nosso - Última Fronteira".

O evento foi organizado pelo Sindipetro-RJ, AEPET, FNP (Frente Nacional dos Petroleiros, MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e uma série de entidades da sociedade brasileira. Antes da exibição oficial do documentário, houve a apresentação do Coral do Sindipetro-RJ, que cantou algumas músicas da MPB (Música Popular Brasileira).

A obra é um chamamento contundente e emocionante para a luta em defesa do Pré-sal e da Petrobrás. No filme, depoi-

mentos de várias personalidades da política, da classe artística e de vários setores da sociedade brasileira defenderam que estas riquezas do Pré-Sal sejam usadas para mudar os rumos do nosso País, com objetivo de diminuir as desigualdades sociais e as carências dos setores mais pobres do País.

O filme conseguiu ser ao mesmo tempo didático e comovente. Em diversos momentos, a obra foi aplaudida pelos espectadores, notadamente no resgate das raízes brasileiras desde a criação da Petrobrás até às lutas contra



os fatídicos leilões do petróleo pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Um dos momentos marcantes do evento foram as palavras da destemida patriota de 92 anos de idade, Maria Augusta Tibiriçá, que mostrou o seu nacionalismo em defesa do petróleo brasileiro e do Brasil. Ela emocionou todos os presentes.

Após a exibição do filme, foi formada uma mesa para considerações finais sobre a obra, que foi composta por representan-

tes das entidades, como o secretário-geral do Sindipetro-RJ, Emanuel Cancellia; o presidente da AEPET, Fernando Siqueira; o representante do MST, Marcelo Durão; além do ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás, o professor Ildo Sauer; a presidente do Modecon, Maria Augusta Tibiriçá. Prestigiaram, também, o evento, o engenheiro, Paulo Metri; o diretor do Sindipetro-RJ, Francisco Soriano; os diretores da AEPET, Roldão Fernandes (Comunicações) e David de Souza (Assuntos Jurídicos); ex-deputada federal do PT pelo Paraná e integrante do Movimento "Reage Brasil", Dra. Clair Flora Martins, entre outras personalidades.

(Júlio de Freixo Lobo)

Deu no AEPET...DIRETO

"NEW YORK TIMES" DEFENDE O ATUAL MARCO REGULATÓRIO E A EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA DO PRÉ-SAL

O jornal norte-americano "The New York Times", por meio da sua sucursal no Rio de Janeiro reconhece a crescente luta da sociedade brasileira em defender a rica reserva do pré-sal com vistas a atender os interesses da Nação brasileira. A matéria destaca que "diante da mais importante descoberta de petróleo do mundo em anos, o governo brasileiro está buscando recuar de mais de uma década de cooperação estreita com as companhias de petróleo estrangeiras e controlar mais diretamente a extração".

A publicação destaca que tal medida representa "um impulso

nacionalista para aumentar os benefícios obtidos pelo País com seus recursos naturais e cimentar sua posição como potência global. Mas isso poderia retardar significativamente o desenvolvimento dos campos de petróleo, em um momento em que o mundo está à procura de novas fontes de energia, disseram analistas de energia e de risco".

Com isto, o jornal norte-americano reforçou o lobby que prega a produção açodada dos nossos campos petrolíferos. Uma produção assim causa vários problemas: 1) O pré-sal acaba em 13 anos, quando pode durar 40; 2) A entrada brusca de dólares no

País, sobrevaloriza o Real e inviabiliza os demais segmentos exportadores; e 3) Teremos duas doenças: a holandesa, que fica com a economia arrazada e dependente do petróleo; e a nigeriana, que vendeu o petróleo barato, não erradicou a pobreza e hoje importa petróleo cada vez mais caro. A campanha "O Petróleo Tem que Ser Nosso", bem como autoridades brasileiras, congressistas e lideranças preocupadas com a soberania do País sobre as áreas petrolíferas tem demonstrado que todas as descobertas de importância no setor petróleo ocorreram sob a égide da Lei

2004/53, não da atual Lei 9478/97, que tanto agrada as multinacionais e ao mercado. Por isto, o Times fala que a mudanças no atual marco regulatório pode significar "retardar significativamente o desenvolvimento dos campos"... Tendo em vista a importância estratégica de tais campos e de que o mundo vive um descompasso entre demanda e oferta por petróleo, o mais correto e estratégico para o País é evitar a visão predatória na exploração do pré-sal, entre outros campos. A exploração deve seguir uma política energética soberana, de acordo com os interesses nacionais, não com os interesses do mercado. (Redação)

